



**“A HISTÓRIA REPETE-SE SEMPRE DUAS VEZES”  
– SUCESSIVOS CONFLITOS ARMADOS OU CONTINUAÇÃO  
DO MESMO CONFLITO?<sup>1</sup>**

**João Feijó**

## **INTRODUÇÃO**

Em 2024 celebrou-se o sexagésimo aniversário do início da Luta de Libertação Nacional. Pelas possibilidades que abriu para a contestação e remoção do regime colonial, esta efeméride é entendida como uma importante data na história de Moçambique. Porém, a conquista da independência não interrompeu um conjunto de factores estruturais geradores de conflitualidade no país. Em 1976 iniciou um novo conflito armado, que ficou conhecido como “guerra dos 16 anos”, entre a Renamo e as tropas governamentais, interrompido em 1992 com o Acordo de Roma. Porém, em 2013 e 2014 e, mais tarde, em 2015 e 2016, a Renamo voltou a pegar em armas num conflito de baixa intensidade no centro do país. Em 2017, um grupo de jovens realizou um ataque a instalações governamentais no Norte de Moçambique, prolongando, até hoje, um conflito armado. Neste sentido, ao longo dos últimos 60 anos, Moçambique experimentou 37 anos de conflito militar, o que representa mais de metade de todo o período temporal. Neste texto, pretende-se compreender que factores estruturais são geradores de conflitos armados em Moçambique. Trata-se de analisar as lógicas da economia política nacional, de forma a perceber que condições de existência empurram diversos sectores sociais para opções violentas de reivindicação política e social.

## **1. CENTRALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA DO ESTADO**

O sistema político moçambicano sempre se apresentou bastante centralizado, com a implementação de decisões *top-down* a partir da metrópole ou de Maputo, assim como na persistência de fenómenos de violência do Estado contra cidadãos mais contestários.

O Estado Novo assumiu um carácter fascista e autoritário, criando organizações repressivas dos cidadãos. A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) controlou, perseguiu, torturou e eliminou inúmeros opositores políticos ao sistema colonial (Mateus, 2004: 103-122). A seguir à independência, o Estado moçambicano manteve um carácter autoritário e repressivo, criando o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP). Processos de justiça revolucionária traduziram-se na detenção e deportação de

---

<sup>1</sup> Este destaque rural resulta de uma apresentação feita na conferência anual do OMR de 2024 com o título Factores de conflitualidade em Moçambique.

opositores políticos para centros de reeducação (Thomaz, 2008: 190), vulgarizando-se fuzilamentos públicos. O Estado independente reproduziu as mesmas práticas de negação de direitos fundamentais.

Da mesma forma, as estruturas do Estado sempre detiveram mecanismos de controlo da mobilidade dos cidadãos. No tempo colonial, a caderneta indígena constituiu um mecanismo de controlo de cidadãos moçambicanos (Vail & White, 1980: 305), que teve continuidade, no pós-independência, com a instituição de guias de marcha (O’Laughlin, 2016: 242). Não obstante a livre mobilidade constituir um Direito reconhecido na Constituição de Moçambique de 1990, continuam a existir entraves à mobilidade de moçambicanos por inúmeros distritos de Moçambique, através da instituição de credenciais (Feijó, 2020: 11-12), particularmente durante períodos politicamente mais tensos. A Constituição de 1990 assegurou inúmeros direitos fundamentais, como a liberdade de associação, de expressão ou de imprensa. Nas décadas seguintes, implementou-se uma democracia musculada, com mecanismos de limitação de greves nacionais, proibições de marchas promovidas por organizações não controladas pelo partido no poder, intimidações e ameaças durante períodos eleitorais (Brito *et al.*, 2016: 11), geralmente obedecendo a “ordens superiores”, sem que tenha existido uma investigação independente da PGR acerca da violação destes direitos fundamentais. Acresce a violência da Unidade de Intervenção Rápida sobre manifestantes, agressões e assassinatos de indivíduos mais críticos em relação ao poder dominante.

Durante o período colonial nunca se verificaram escrutínios eleitorais livres e transparentes e, após a independência, foi adoptado um regime monopartidário. Foi na sequência da Constituição de 1990 e do Acordo Geral de Paz que se criaram as condições para a realização de eleições em Moçambique. Contudo, estes escrutínios sempre estiveram marcados por actos ilícitos, falta de transparência e desconfiança em relação aos resultados, invariavelmente geradores de conflitos político-militares nos períodos pós-eleitorais.

## **2. EXPLORAÇÃO ECONÓMICA E FENÓMENOS DE POBREZA**

Num cenário de ausência de capitais para investimento e de tecnologia, o sistema económico colonial assentou na exploração do principal recurso de Moçambique, nomeadamente a sua força de trabalho<sup>2</sup> (Brito, 1980). Face às duras condições de trabalho e reduzidas condições de recompensa, grande parte da população africana não mostrou particular motivação para cooperar com os grandes projectos coloniais. Neste cenário, emergiu o discurso do “moçambicano preguiçoso” (O’Laughlin, 2016; Feijó, 2017) que necessitava de legislação e mecanismos específicos para obrigar a trabalhar.

---

<sup>2</sup> Importa salientar que, a partir de finais de 1950, durante o designado “colonialismo tardio”, se verificou uma abertura da colónia a investimentos da metrópole e de outros países, quer em infra-estruturas (estradas e regadios), implementação de colonatos, no sector da energia (onde Cahora Bassa constituía o *ex libris*), ou industrialização com vista à substituição de importações, por vezes desenvolvida com recurso a capital endógeno.

O trabalho era entendido como uma estratégia civilizacional e de assimilação dos indígenas a uma cultura europeia, que escondia, na verdade, os respectivos interesses capitalistas da potencia colonial. Na sequência da abolição da escravatura e como forma de manter a possibilidade e acesso a uma mão-de-obra intensiva e barata, em cenários de ausência de tecnologia, o Estado colonial implementou um sistema de culturas e de trabalho obrigatório, que envolveu milhões de moçambicanos. Após a independência, a intervenção Estatal sobre muitas unidades económicas e constituição de Empresas Estatais não provocou alterações no sistema produtivo (Adam, 2005). As unidades económicas permaneceram fortemente dependentes da contratação sazonal de dezenas de milhares de trabalhadores moçambicanos (CEA, 1983a). Desta forma, não obstante os grandes investimentos em equipamentos e insumos, a concretização dos grandes projectos Estatais implicava a organização de jornadas de trabalho, geralmente obrigatório e não remunerado, dando-se continuidade a práticas coloniais. Apelando-se à organização laboral, "*produzir é [considerado] um acto de militância*" (Machel, 1976: 5, 8) e a produtividade "*um termómetro da consciência política*". As reivindicações de aumento de salário num cenário de baixa produtividade eram vistas como um atentado à economia (Samora, 1976: 17). Os discursos oficiais promoveram a reprovação social do "improdutivo".

A partir da década de 1990, vastas áreas do território, que constituíram uma importante reserva de trabalho para projectos agrícolas e mineiros, foram profundamente afectadas pelo encerramento de unidades produtivas. A penetração de capital intensivo, com reduzida relação com o tecido económico local e pouco geradora de emprego, geralmente absorvido a partir de fora da região, fez aumentar a pobreza, desigualdades e fenómenos de descontentamento. Nos centros urbanos, concentrou-se um exército de jovens mais escolarizados, com expectativas legítimas de acesso a emprego, mas que competem entre si pelo acesso a trabalhos mal pagos e socialmente humilhantes, transformando os centros urbanos em espaços "socialmente sísmicos" (Serra, 05.02.2008).

Se os discursos da Frelimo assentaram na "libertação do homem e da terra", no período actual emergem novas visões assentes na possibilidade de as elites locais se poderem tornar capitalistas, ainda que de forma rendeira e à custa da expropriação do Estado. Emerge, com regularidade, a representação segundo a qual as pessoas são pobres por preguiça e por falta de amor ao trabalho, por falta de auto-estima ou de criatividade (Chichava, 2009; Feijó, 2017). O trabalhador continua a ser incentivado a cumprir a sua função laboral (trabalhar), independentemente da possibilidade de sobrevivência e reprodução.

A enorme pressão sobre terras constituiu um outro factor que marcou a história contemporânea de Moçambique. No período colonial verificou-se a expropriação de populações para a constituição de colonatos e plantações. Após a independência, essas áreas foram transformadas em Empresas Estatais que, por vezes, estenderam as áreas de produção, frustrando a expectativa de muitos locais de recuperação de terrenos (CEA,

1983a). Já no século XX, a penetração da indústria extractiva e de explorações florestais aumentou significativamente a procura de terras, provocando reassentamentos populacionais e tensões sociais. Todo este período histórico foi marcado pela ausência ou grande debilidade de apoios públicos ao sector familiar, contribuindo para a persistência de fenómenos de pobreza.

### **3. INEXISTÊNCIA DE ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO**

O Estado Novo controlou de forma apertada a constituição de qualquer organização oposicionista ao regime fascista e corporativo. A maioria das organizações existentes no tempo colonial eram particularmente dóceis para o sistema, resumindo-se a organizações de cariz étnico e cultural e cooperativas de produção. A seguir à independência, a Frelimo assumiu-se como a força dirigente e estruturadora do Estado e da sociedade. Desconfiando da população urbana, particularmente exposta à propaganda colonial, a Frelimo promoveu a formação de um Homem Novo, à imagem da experiência durante a luta de libertação (Brito, 2020). Neste sentido foram criadas as chamadas Organizações Democráticas de Massas, nomeadamente a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), da Mulher Moçambicana (OMM), da Juventude Moçambicana (OJM), ou a Organização Continuadores de Moçambique. Nos locais de trabalho e de residência, foram constituídos grupos dinamizadores, liderados por trabalhadores com formação política e membros da Frelimo, encarregados de transmitir as linhas orientadoras do partido. Na sequência da aprovação da Constituição de 1990 e da abertura à criação de organizações independentes, assistiu-se à criação de inúmeras organizações não-governamentais (inicialmente de cariz assistencialista, depois de desenvolvimento económico e mais recentemente de advocacia), mas também de associações profissionais e sindicatos independentes.

Durante o período colonial, a comunicação social em Moçambique foi marcada pelo estreito controlo e instituição de um regime de censura prévia. Apesar de o sistema de censura ter sido abolido, após a independência persistiu um estreito controlo da comunicação social, através do Departamento de Trabalho Ideológico da Frelimo e executado por um Ministério de Informação com uma atitude fortemente dirigista. Foi na sequência da Constituição de 1990 e da aprovação de uma Lei de Imprensa que surgiram as condições para a emergência de uma imprensa independente do poder político, emergindo um conjunto de órgãos de comunicação social particularmente críticos em relação ao governo do dia.

O cenário de exploração económica e de violência política foi sempre acompanhado por formas subtis de resistência, não obstante inúmeras formas de colaboração. No período colonial, grande parte da população optou por fugir das áreas de penetração da administração Estatal, adoptando formas de protesto a partir de canções de trabalho, da literatura (José Craveirinha ou Noémia de Sousa), da dança e artes plásticas (Vail e White, 1980), da imprensa (através de cartas de leitores), ou mesmo da sabotagem. A fuga e a não participação continuou a constituir uma prática da população no pós-

independência, durante os projectos de socialização do campo, nomeadamente aldeias comunais ou cooperativas (CEA, 1983b; Casal, 1988, 1996). Já a partir da década de 1990, a destruição de infra-estruturas económicas, desemprego generalizado e o agravamento das condições de vida traduziram-se em motins, em forma de catarses popular, particularmente durante epidemias de cólera (Serra, 2003), ataques de animais selvagens (Israel, 2009), ou aumento dos preços de bens essenciais (Brito, 2017). Mais recentemente, as redes sociais, os mercados ou os jogos de futebol, passaram a constituir os espaços onde muitos jovens urbanos, com problemas de integração socioeconómica, apresentam as suas frustrações em jeito de desabafo, sem que aconteçam reformas significativas das respectivas condições (Feijó, 2023).

A estas formas de protesto, o Estado sempre respondeu de uma forma tendencialmente agressiva. No tempo colonial, qualquer movimento grevista de protesto teria como consequência a detenção e/ou deportação dos líderes do movimento, tendo-se generalizado práticas de torturas e assassinato de líderes rebeldes. No pós-independência assistiu-se a diversos julgamentos revolucionários, torturas e fuzilamentos públicos, desaparecimento de pessoas e constituição de centros de reeducação, para onde foram encaminhados milhares de indivíduos. A violência física (Lei da Chicotada, aprovada na Assembleia Popular) e os fuzilamentos em público, constituíram práticas correntes. Apesar de continuarem a verificar-se fenómenos de intimidação, violência (sobretudo através da formação de "esquadrões da morte"), a partir de 1990, verificou-se uma suavização da resposta do Estado. Durante períodos de protesto, os governos do dia adoptam a estratégia de limitação do acesso à informação, impedimento da realização de demonstrações críticas ao Governo do dia, asfixia económica de indivíduos ou tentativa de aliciamento de indivíduos mais incómodos.

Neste cenário de ausência de espaços formais de participação, a violência emerge como o único espaço efectivamente eficaz de pressão e de transformação social. Fundada a 25 de Junho de 1962, nos dois anos seguintes, a Frelimo procurou negociar transformações com o Governo colonial, até concluir que a luta armada seria a única forma possível de participação. Da mesma forma, a Renamo concluiu que a via armada seria a única forma de forçar alterações a um Estado fortemente autoritário e repressivo, quer durante a guerra dos 16 anos (entre 1976 e 1992), quer em 2013 e 2014 e, mais tarde, entre 2015 e 2016. Em 2017, um grupo rebelde com inspiração religiosa iniciou um movimento de guerrilha no Norte de Cabo Delgado, que se prolonga até aos dias actuais.

Enquanto movimento de libertação, os objectivos da narrativa da Frelimo orientavam-se para a independência do território, para a "libertação do Homem e da terra" e eliminação de formas de exploração. A Renamo insurgiu-se contra um Estado autoritário com políticas de socialização dos meios de produção, preconizando a Democracia, o liberalismo económico e a propriedade privada. Já os *alshababs* reivindicam a *sharia* – justiça (islâmica) –, a primazia dos locais no controlo e acesso aos recursos naturais, mas também a livre circulação sem entraves das forças policiais a exigir documentos de

identificação e subornos. Todos os grupos rebeldes denunciaram a violência Estatal e exigiram justiça social tendo, invariavelmente, obtido apoios internacionais.

A reacção dos governos do dia em relação a estes movimentos de guerrilha foi marcada pela desmoçambicanização do grupo rebelde. A Frelimo foi considerada um grupo de tanzanianos, manipulados por países comunistas. A Renamo foi entendida como uma guerra de agressão promovida pelas forças do *apartheid* da Rodésia, da África do Sul ou da antiga metrópole. Finalmente, os *alshababs* são vistos como uma expansão do terrorismo internacional, que afecta hoje todos os países. A existência de um inimigo externo tem constituído um argumento politicamente útil, com potencial de desculpabilização de problemas de economia política nacional.

### **AFINAL A HISTÓRIA REPETE-SE QUANTAS VEZES?**

Ao longo desta reflexão procurou-se demonstrar que, ao longo do último século, a economia política moçambicana manteve factores estruturais de longa duração (não obstante mudanças cíclicas de curta duração), invariavelmente produtores de conflitualidade. A economia manteve um carácter extractivo e extrovertido, assente na produção de *commodities* para exportação, tornando o país vulnerável à variação dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, que não tem capacidade de controlar. A penetração de investimento nacional e internacional aumentou a pressão sobre terras, promovendo tensões sociais. O reduzido investimento na agricultura, a industrialização tardia e, mais recentemente, a desindustrialização, o crescimento populacional e políticas *urban bias* foram responsáveis pela manutenção de elevados índices de pobreza e de assimetrias sociais.

Os elevados índices de corrupção e fragilidade dos serviços públicos (de educação, saúde, de apoio a actividades económicas) e das infra-estruturas, assim como as dificuldades de acesso à justiça, criam uma representação dominante de ausência de Estado. Por outro lado, a concretização de grandes projectos definidos a nível central, impostos de uma forma dirigista e *top down*, foi invariavelmente gerador de relações sociais tensas e violentas, gerando-se a a ideia de Estado contra a população.

A situação agrava-se com a inexistência ou tentativas de controlo de canais de participação, que criam, entre a população, a convicção que a violência constitui a única forma efectiva de participação social. Neste cenário, o "marxismo", a "democracia" ou a "religião" foram surgindo, ao longo da história, como pronto-a-vestir ideológicos que, não só conferiram coerência à acção de grupos, como permitiram a obtenção de apoios externos.

A construção da unidade nacional e de um país mais sustentável implica a adopção de um conjunto de políticas públicas relacionadas com:

- Reforço do Estado de Direito, incluindo da Procuradoria-Geral da República e dos Tribunais, despartidarização do Estado e fortalecimento das instituições;
- Descentralização política, administrativa e orçamental;
- Diversificação da economia e forte investimento em sectores de trabalho intensivo, com particular enfoque na agricultura, agro-indústria, pesca e transformação pesqueira, prestando atenção ao sector familiar e à criação de empregos;
- Aumento da contribuição fiscal de grandes projectos para financiamento de serviços públicos;
- Alargamento de serviços de educação, saúde e extensão rural;
- Alargamento de canais de participação, implicando maior aceso à informação e reforço das organizações da sociedade civil capazes de representar os múltiplos interesses dos grupos nacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAM, Yussuf (2005) *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajectória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*. Maputo: Promédia.

BRITO, Luís (1980). "Dependência colonial e integração regional" in *Estudos Moçambicanos*, 1, pp. 23-32.

BRITO, Luís; CHAIMITE, Egídio; PEREIRA, Crescêncio; POSSE, Lúcio; SAMBO, Michael e SHANKLAND, Alex (2017) "Revoltas da fome: protestos populares em moçambique (2008–2012)" in Luís de Brito (Org) '*Agora eles têm medo de nós!*' *Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)*. Maputo: IESE.

BRITO, Luís (2020) *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional (1962-1983)*. Maputo: IESE.

BRITO, Luís; ANTÓNIO, Bernardo; CHAIMITE, Egídio; FORQUILHA, Salvador; FUMO, Carmen; e TERCENIANO, Fidel (2016) *Crónicas de uma eleição falhada – Relatório de Investigação nº 1*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos

CASAL, Adolfo Yáñez (1988) "A crise da produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique" in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 8-9, pp. 157-191.

CASAL, Adolfo Yáñez (1996) *Antropologia e Desenvolvimento. As aldeias comunais de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical.

CEA (1983a) *Organizar os trabalhadores nas machambas estatais: o caso do CAIA – relatório nº 83/1*. Maputo: Centro de Estudos Africanos

CEA (1983b) *Famílias camponesas de Angónia no processo de socialização do campo – relatório nº 83/2*. Maputo: Centro de Estudos Africanos



CHICHAVA, Sérgio (2009). "Por que Moçambique é pobre?" – uma análise do discurso de Armando Guebuza sobre a pobreza". in II Conferência IESE Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique, pp. 1-21, disponível em [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/CP19\\_2009\\_Chichava.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP19_2009_Chichava.pdf), consultado a 10.03.2017

FEIJÓ, João (2017) "Mudam-se os tempos, mudam-se os modos de pensar? (Des)continuidades nas reflexões sobre o trabalho em Moçambique" in Rosimina Ali, Carlos Nuno Castel-Branco e Carlos Muianga (organizadores) *Emprego e transformação económica e social em Moçambique*. Maputo: IESE, pp. 327-253.

FEIJÓ, João (2023) "Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado" in *Observador Rural*, 133, pp. 1-42, disponível em <https://omrmz.org/observador/or133-os-espacos-de-participacao-e-de-exercicio-da-cidadania-na-voz-de-lideres-associativos-da-provincia-de-cabo-delgado-english-version-available/>, acesso a 08.08.2024

FEIJÓ, João (2020) "Dificuldades de realização de pesquisa em Moçambique" in *Observador Rural*, 99, pp. 1-22.

ISRAEL, Paolo (2009) "The War of Lions: Witch-Hunts, Occult Idioms and Post-Socialism in Northern Mozambique" in *Journal of Southern African Studies* 35 (1), pp. 155-174.

MACHEL, Sampra (1976). "Produzir é um Acto de Militância". in Coleção "Estudos e Orientações", caderno N°8. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.

O'LAUGHLIN, B. (2016). "Produtividade agrícola, planeamento e cultura do trabalho em Moçambique". In L. Brito; C. N. Castel-Branco; S. Chichava; S. Forquilha; A. (orgs). *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 255-267.

SERRA, Carlos (05.02.2008) "Revolta popular em Maputo" in *Diário de um Sociólogo*, disponível em <http://oficinadesociologia.blogspot.com/2008/02/problemas-com-chapas-na-periferia-de.html>, consultado a 06.10.2013.

SERRA, Carlos (2003), *Cólera e catarse: infra-estruturas sociais de um mito nas zonas costeiras de Nampula (1998/2002)*. Maputo: Imprensa Universitária.

THOMAZ, Omar Ribeiro (2008) "'Escravos sem dono': a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista" in *Revista de Antropologia* 51 (1), pp. 177-214. Vail & White, 1980: 305

VAIL, Leroy and WHITE, Landeg (1980) *Capitalism and Colonialism in Mozambique*. London: Heinemann.